

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções nº 770 a 773/2013 - DGP 2

Resolução de Afastamento nº 589/2013 2

Atos LegislativosAta de Reunião da Comissão Especial Externa
- Resolução nº 029/2013 3

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 770/2013-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR, a partir de 1º de outubro de 2013, a servidora **Betânia Thomé Avelino**, do Cargo em Comissão de Superintendente Geral, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 03 de outubro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 771/2013-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2013, o servidor **Francisco Fernandes de Oliveira**, para assumir o Cargo em Comissão de Superintendente Geral, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 03 de outubro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário**

RESOLUÇÃO Nº 772/2013-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2013, a servidora **Betânia Thomé Avelino**, para assumir o Cargo em Comissão de Consultor Técnico, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 03 de outubro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 773/2013-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2013, a servidora **Adriana Maria Silva da Cruz**, para assumir o Cargo em Comissão de Diretora de Relações Institucionais, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 03 de outubro de 2013.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****R E S O L U Ç Ã O Nº 590/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **RICARDO PEDROSA ALVES**, Matrícula 010763, para viajar com destino a cidade de Belo Horizonte-MG, no período de 18.10 a 27.10.2013, com a finalidade de tratar de assuntos relativos à Seção de Inteligência e Segurança Orgânica, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 14 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATAS COMISSÕES**

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 029/13
OF./ Nº 002/2013

Palácio Antônio Martins, 10 de outubro de 2013.

À Senhora

Elândia Gomes Araújo

Gerente de Documentação Geral – ALE/RR

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Ata da Arguição da Senhora

Rosirayna Maria Rodrigues Remor, realizada no dia 20 de agosto do corrente, desta Comissão, para ser publicada extemporaneamente. Atenciosamente,

Gabriel Picanço
Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N° 029/13, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2013 – PARA ARGUIÇÃO DA SENHORA ROSIRAYNA MARIA RODRIGUES REMOR E DELIBERAÇÃO DO PARECER CONCLUSIVO.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às doze horas e quarenta minutos, no Plenário Valério Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução n.º 029, de 08 de agosto de 2013, destinada a arguir a Senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado. Indicada pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o Cargo de Diretora-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR, conforme Mensagem Governamental n.º 041 de 05 de agosto do corrente, sob a Presidência do Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente, Deputado **Gabriel Picanço** – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

II – LEITURA DA ATA

O Senhor Vice-Presidente, Deputado **Naldo da Loteria** – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente, Deputado **Gabriel Picanço** – Foi solicitada a leitura da Ata da Sessão anterior, pois o teor da mesma era do conhecimento de todos os Deputados. Colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

III – EXPEDIENTE (Não houve)

IV – ORDEM DO DIA

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** – Bom-dia a todos, muito obrigado pela oportunidade de estar nesta sabatina, para a arguição. Eu trouxe o material, mas como não foi pedido eu vou procurar atender, fazendo com que a gente, ao mesmo tempo, atenda as perguntas e passe a imagem. Então, a primeira pergunta que nós temos aqui é com relação à questão da estrutura da Agência de Defesa Agropecuária de hoje. A nossa estrutura atual é da época da criação da Agência que foi em dois mil e cinco, quando nós criamos a Agência, que foi planejada dessa forma. Então, realmente com o surgimento do Agronegócio, com a intensificação das atividades do Agronegócio, nós sentimos que a atual estrutura precisa de uma melhoria principalmente quando a gente fala em capilaridade dos serviços de ponta, como também a área administrativa. A gente tem também uma demanda para ser atendida nessas questões dos recursos humanos orçamento financeiro, planejamento, enfim. Mas, quanto a essa é uma estrutura, a ideia era iniciar os trabalhos de defesa agropecuária no Estado que, no momento, atendeu. Hoje, a realidade é outra em função da presença de várias pragas no Estado, doenças que precisam ser trabalhadas, também com evolução do nosso agronegócio. Então, realmente, hoje há necessidade de fazer umas melhorias. Temos um projeto já em andamento, inclusive, encontra-se nesta Casa para que possamos atender a melhoria dessa estrutura. A outra pergunta é: qual a percepção sobre a atual situação do desenvolvimento agropecuário neste Estado? Então, hoje, nós estamos... (inaudível) O nosso orçamento financeiro, é importante também o contingenciamento orçamentário de um milhão quinhentos e vinte e oito, que já está aí é o contingenciado, a nossa despesa de pessoal da agência de defesa é de dois milhões duzentos e cinquenta, quanto a médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, Cargos Comissionados. A nossa despesa de custeio é de cinco milhões de manutenção dessa máquina, e a de investimento é de setecentos e quatorze mil, conforme a nossa previsão. Isso aqui está no nosso orçamento. A nossa previsão de arrecadação para o ano de dois mil e treze é de oitocentos e quarenta e nove mil reais a nossa previsão é pela fonte própria. Gostaria de salientar este quadro dos anos de dois mil e doze e de dois mil e treze. Então, nossa previsão orçamentária para o ano de arrecadação própria, orçamento financeiro próprio, a receita para o ano de dois mil e doze foi de setecentos e setenta mil, enquanto nós só conseguimos arrecadar trinta e quatro mil reais

no ano de dois mil e doze e tivemos um repasse do tesouro do Estado de seiscentos mil reais para trabalhar o ano de dois mil e doze com os trabalhos das nossas leis que foi aprovada por esta Casa no final do ano passado. Vocês estão lembrando que nós aprovamos a nossa lei da taxa. Então, com a aprovação da lei da taxa em dezembro do ano passado, nós conseguimos arrecadar até o momento quatrocentos e sessenta e quatro mil reais. Então, aqui consta a arrecadação do GTA PPV CFO, as atividades a partir de inspeção, também, estão aqui o agrotóxico que foi importantíssimo. Houve várias empresas cadastradas no Estado, e elas para se cadastrar, precisam pagar uma taxa, as lojas de produtos veterinários também foram cadastradas na ADERR. Então, hoje nós conseguimos até julho quatrocentos e sessenta e quatro mil, temos até o final do ano ainda a previsão de trezentos e cinquenta mil reais de arrecadação própria. Então, isso daqui graças aos Senhores a oportunidade, inclusive, de agradecer. Portanto, a nossa execução está aqui a financeira de arrecadação, ainda para a defesa animal estão previstos cento e sessenta e quatro mil, para a defesa vegetal, trezentos e nove mil, é o que foi gasto. Perdão, está certo dentro desses quatrocentos e sessenta e quatro mil, onde tivemos despesas com a defesa animal no valor de cento e cinquenta e quatro mil. A despesa com a defesa vegetal foi de trezentos e nove mil. Ai vocês vão me perguntar: Por que a diferença? São as ações das barreiras da mosca da carambola basicamente as nossas diárias ou evolução de diárias. Então, aqui as nossas diárias na agência de defesa em dois mil e onze, quando nós começamos, pegamos dois ácaros: hindu e o ácaro vermelho. O ácaro hindu permanece somente no Estado, enquanto o acaro vermelho já se encontra no Estado do Amazonas. Em dois mil e doze, a nossa arrecadação com diária, a nossa despesa com diária dá duzentos e noventa e sete mil quando foi a ocorrência da mosca da carambola em dois mil e treze, até julho de dois mil e treze, foram de duzentos e vinte e nove mil também com a ocorrência e a colocação das três barreiras da mosca da carambola. Hoje, nós estamos com a previsão ainda de quatrocentos mil reais para podermos trabalhar, aliás, que ainda vão ser geradas quanto às diárias e manutenção da máquina de quatrocentos mil reais e aí entra a fiscalização, entra monitoramento, entra tudo .

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Doutora, a previsão é até dia trinta e um de dezembro, não é isso?

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** -É. Até trinta e um de dezembro. Bom, a nossa receita que é o quadro mais emblemático em dois mil e doze. O nosso desafio era chegarmos em setecentos e setenta mil de arrecadação própria. Era a previsão, só conseguimos trinta e quatro mil com a lei das taxas de agrotóxicos. Nós conseguimos, já até julho de dois mil e treze, quatrocentos e sessenta e quatro mil, a nossa meta é oitocentos e quarenta e nove mil cinquenta por cento na metade do ano. Então, é o previsto para as nossas atividades. Bom, ainda falando sobre a estrutura que a gente colocou nessa primeira pergunta quanto à estrutura funcional da agência, que atualmente tem cento e sessenta e quatro servidores no Estado inteiro. Estamos com vinte e novos cargos comissionados, desses vinte e nove, onze são efetivos no quadro do Estado, ocupado por médicos veterinários, engenheiro agrônomos, Médicos Veterinários que são trinta, sendo oito efetivos, oito do Estado, originários da Secretaria de Agricultura; quinze seletivados, e sete comissionados que são sem vínculo. Dos engenheiros agrônomos, três são efetivos, também com origem da Secretaria de Agricultura, quatorze engenheiros agrônomos seletivados, e quatro técnicos agropecuários comissionados. Temos três efetivos também da Secretaria de Agricultura, cinquenta e um seletivados. A nossa maior equipe aqui é de Técnicos e servidores Administrativos, vinte e um também originários de outras Secretarias. O último grupo seletivado que houve no mês de julho, já está aqui. Então, só lembrando que nós não temos quadro efetivo o que é ocupado por efetivos que são médicos veterinários, engenheiros agrotécnicos cedidos de outras Secretarias. A nossa capilaridade, quando nós começamos em dois mil e oito, havia oito escritórios, oito unidades, hoje já estamos com treze unidades. Quando eu falo treze unidades, eu gostaria de registrar aqui a presença do médico veterinário na ponta, e algumas unidades estão atualmente passando por um período de ajustes. Tem algumas unidades que estão com dois médicos veterinários, mas é excepcional, isso é caso de melhoria mesmo, o serviço, onde a gente tem que dar uma atenção maior, no Município do Cantá e o Mucajai com escritórios de atendimentos, temos vinte e seis pontos de atendimentos fora as unidades espalhadas pelo Estado com a presença de técnicos agrícolas da Agência de Defesa, onde é o nosso maior corpo. Então nós temos hoje o prédio da ADERR que, aliás, hoje a sede é alugada, mas nós temos no interior cinco escritórios próprios três alugados, vinte compartilhados com a Secretaria de Agricultura. Então, nós já temos aí uns vinte e oito escritórios no Estado, sendo compartilhado. O nosso sistema de comunicação telefone, constitui nosso maior problema na comunicação. Temos aqui

a telefonia fixa, só não temos telefones no Pacaraima, no Taiano, no Samaúma (Pacaraima), a gente não consegue puxar a linha. Estamos para colocar o rapaz dentro da Oi e levar lá, mas a Oi vai até o Morro, não desce, é impressionante. Então, Pacaraima, Taiano e Samaúma são os únicos lugares que nós não temos comunicação. Temos dez motos, no Estado os veículos traçados são quinze veículos esses veículos todos estão nas atividades de Campo na ponta, outros veículos são pequenos que estão nas barreiras dando suporte na área administrativa. Aparelhos de GPS são doze, também para fazer os trabalhos de Campo, nós três barreiras de controle sanitário. Uma barreira no Jundiá que é permanente, a barreira no quinhentos é permanente, e uma barreira na rodoviária também é permanente.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** -.Querida só fazer uma pergunta. Todos os Municípios, hoje, têm um Veterinário?

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** -Todos nós temos com exceção do Uiramutã, já tem uma Veterinária que está sendo capacitada para lá, inclusive, essa Veterinária vai atender Normandia e o Uiramutã, mas a ideia é colocarmos após o concurso efetivação quinze Veterinários ou até, Deputado, para alguns Municípios já há uma tendência de colocarmos outros médicos veterinários em outras localidades para facilitar a vida do Produtor, mas isso...

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - Agora, esse Veterinário vai ficar em Normandia ou vai ficar no Uiramutã?

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** -No Uiramutã.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - Fica muito distante o Platão, quem conhece essa Região, fica difícil deixar o Veterinário no Uiramutã para atender Normandia.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** -Tem escritório não lá vai ter atendimento.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - Fica mais perto o Bonfim seria o ideal.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** -É o médico veterinário do Bonfim dá suporte ao escritório de Normandia, mas vai ter um escritório, onde vai ter dois técnicos agrícolas no escritório, como o Uiramutã é mais distante pela logística muito distante, aqui nós temos também o serviço de inspeção. É interessante a gente colocar que nós estamos trabalhando. A ADERR (inaudível)... vou falar do cadastro de propriedade que é importante citar. Hoje, em algumas propriedades nós temos que atingir essa meta, o cadastro de propriedade já melhorou, mas temos ainda que aferir o nosso cadastro com a Lei a RR sustentável que facilitou a questão de alguns produtores que tinham seis mil, sete mil. Então, foram divididas em várias propriedades, isso foi muito rápido e o que nós temos hoje nós sabemos que a propriedade existe que já está, georreferenciada, mas dela nasceram outras propriedades. Então, ela está cadastrada como uma única propriedade. E nós precisamos fazer o georreferenciamento das outras e da que temos hoje encontrado essa diferença no nosso cadastro, além das propriedades novas, mesmo outros produtores se instalaram, alguns deixaram de criar para plantar, outros deixaram de plantar para criar. Então, esse é o sistema que nós temos que estar buscando, aferir o cadastro, nós temos previsto uma faixa de mais ou menos quinhentos produtores nessas quinhentas propriedades, nesse perfil.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - Da ADERR, da Aftosa ou de uma vacina, quantos rebanhos da Aftosa tem hoje no Estado de Roraima, qual o quantitativo, hoje?

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Setecentos e setenta mil animais.

O Senhor **Deputado Marcelo Cabral** - O problema não é cem mil cabeças, que dizer, não pode ser isso aí, não tem lógica que acham não tem como.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Tem um mapa aqui da vacinação, o Cleber, olha o nosso existente, esse quadro da vacinação, quando nós começamos os cadastros em dois mil e cinco, há sete anos. Então, vai evoluindo, em dois mil e oito, foi quando foi instituído o programa de febre aftosa, foi em dois mil e cinco, mas o cadastro foi de dois mil e oito. Então, a gente vem só aumentando gradativamente a quantidade de vacinação que não reflete no total da quantidade de rebanhos existente, mas já dá um parâmetro do que.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** - Só para registrar, doutora Rosirayna, o Deputado Ionilson Sampaio não faz parte da comissão, nós vamos registrar a presença dele que também vai ter direito de fazer as perguntas. Então, Deputado Ionilson está com a palavra.

O Senhor **Deputado Ionilson Sampaio** - Bom dia. Ninguém almoçou ainda queria só cumprimentá-los não só a você Rosirayna como

os outros técnicos da Agência de Defesa presente nesta reunião, alguns questionamentos que eu tinha anotado aqui você já respondeu, mas gostaria de ter mais esclarecimentos a respeito desta assunto sobre o qual estamos falando basicamente, mas como produtor rural sou, mesmo como Parlamentar, qual o planejamento da Agência de Defesa para que Roraima seja considerada zona livre de febre aftosa com vacinação. Isso eu já tinha questionado, e você me disse que até o final do ano, mas efetivamente o que é que a ADERR vai desenvolver daqui até lá? Queria perguntar depois, você responde depois, se você quiser anotar qual esse planejamento, se vamos ficar vacinando semestralmente como é hoje, uma vez por ano, enfim qual o planejamento da ADERR nessa questão do tamanho do rebanho bovino do Estado que vocês já responderam. E quanto, em termo percentuais, se consegui de cobertura para vacinar na última campanha de vacina; e pelos números que o Cleber falou, vai dar em torno de noventa por cento a previsão de se fazer concurso público da ADERR, quando? Porque já tem essa cobrança por parte do Ministério Público, já pediu para assinar TAC e permitiram o processo seletivo, enfim. Mas essa questão do Concurso Público precisa ser resolvido. Como é que estão esses estudos para que se lance edital, enfim fazer o Concurso público da Agência de Defesa. A questão do alto risco da febre aftosa eu coloquei aqui é porque a febre aftosa no Estado hoje tem, aí, noventa por cento de cobertura vacinal, vacinando-se semestralmente. Eu entendi que é pouco, agora por causa das nossas fronteiras, onde Venezuela que não tem um controle efetivo não se sabe direito nem se tem um Órgão que controle essa questão da defesa tanto vegetal como animal mas principalmente do animal, que é mais especificamente sobre o que nós estamos falando. E como é que se comprova a ausência de circulação viral no nosso Estado, quem é que faz isso, quem vai fazer esse controle: é a Agência de Defesa, é o Ministério de Agricultura, e o que é que depende basicamente da gente passar para uma zona livre com a vacinação especificamente na ausência de circulação viral, qual a situação, hoje, do Estado, onde nós temos presença da circulação viral. Eu quero saber como está hoje ou não tem, se não tem, por que ainda nós estamos nessa situação.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Vou ver se consigo resolver. Bom, quanto ao nosso planejamento para a área livre, a ADERR já vai responder algumas coisas para o Senhor para que nós. Para que qualquer Estado esteja livre de febre aftosa com vacinação, ele precisa estar com o sistema de defesa agropecuário, como eu coloquei naquele mapa padronizado, funcionando o sistema de formação o cadastro uniformizado, o médico veterinário conhecendo o papel dele, GTA, você conhecendo os circuitos pecuários do Estado, enfim isso aí base é bem legal. Agora, existe a sorologia que é o que eu queria colocar aqui. A sorologia é o inquérito monitoramento soro epidemiológico, você fazendo, conforme esse quadro que, é bem elucidativo. Tendo esse sistema todo integrado, você vai partir para o inquérito monitoramento soro epidemiológico que tem duas fases, e você vai identificar as áreas de risco de maior risco de cada Município, quais são as propriedades de risco de cada Município, o controle de entrada e saída. Isso é um trabalho epidemiológico. Depois o Cleber, que é epidemiologista, pode até complementar a minha fala, e nós vamos também identificar as propriedades de risco que podem ter a manutenção do vírus. Após esse procedimento, a gente já começa a pensar no último foco que foi no Município de Caroebe. Assim, em cima disso, a gente faz um demonstrativo soro epidemiológico, a coleta de sangue para saber se tem atividade viral em animais, e os que vão passar por esse processo precisam passar por um vazão de vacinação, eles são proibidos de receber vacina para que não haja conflitos nos exames na estruturação da Agência de Defesa. Precisamos ter alguns laboratórios de ponta para atender esse material, basicamente, a legislação também vai ser cumprida nós vamos ter que atender. Mas, principalmente, é que o resultado seja feito dentro de uma metodologia, o trabalho seja feito dentro de uma metodologia que o Ministério preconiza para que a gente atenda por exemplo, uma propriedade dessas não pode ser, animais não podem entrar nem sair, enquanto estiver dentro do inquérito soro epidemiológico, tem que ter uma autorização especial. O exame é feito de duas maneiras, soro é coletado, também nem pode sair. Eu não lembro bem se são dois meses, mas enquanto durar o inquérito. Então, assim ela não é um processo tão fácil, é tanto que os Estados do Nordeste estão tentando há dois anos fazer o inquérito soro epidemiológico pela complexidade mesmo. Acredito que a ideia do Ministério da Agricultura é fazer o Estado do Amazonas, Amapá e Roraima juntos para que o custo seja menor, porque o inquérito é um custo, e eu gostaria até que você, Cleber, complementasse com relação a inquerimento epidemiológico, como ele é feito, é o que diferencia alto médio risco para a área livre de vacinação, é o resultado do inquérito soro epidemiológico.

O Senhor **Deputado Ionilson Sampaio** - Em relação a nossa Fronteira em si em relação à Venezuela, o que é que o Ministério da Agricultura tem ou a ADERR para que a gente trabalhe em parceria com esses outros Países ou com, mais especificamente, porque enquanto estamos cuidando da casa, o vizinho não estará, e nós não vamos sair dessa situação. Por mais que a gente controle tudo, digamos que de Santa Helena para diante, mais cinquenta quilômetros, tenha um foco de febre aftosa nós vamos voltar, embora não existe esse trânsito de animal mas a gente sabe que.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Nós temos a tripartite, que é um acordo entre Brasil, Guiana e a Venezuela, onde o Brasil pode trabalhar dentro da Venezuela até vinte quilômetros, também dentro da Guiana até vinte quilômetros. Hoje, Roraima faz o trabalho de vacinação de até vinte quilômetros em toda Fronteira com o Brasil. E com a Venezuela é a outra atividade nossa, que é imprescindível, é a garantia do nosso status sanitário é a vacinação em terras indígenas que também dão segurança ao produtor daqui porque existe um bloqueio de sanidade ali para impedir a entrada de vírus. Como nós temos o cadastro das propriedades periféricas da Fronteira com a Venezuela, Brasil e Venezuela. Guiana com o Brasil, nós temos condições de fazer. Nós conhecemos, inclusive, as propriedades com cadastro que é feito com o nosso veterinário, acompanhado pela Doutora Ingrid e o Veterinário de Santa Helena. Eles fazem a vacinação juntos. Também é feito esse trabalho com o Bonfim, onde temos uma abertura muito tranquila com médicos veterinários. Então, esse trabalho, na hora da apresentação de solicitar para a área livre com vacinação, vai ser muito importante ter os dados registrados nele. Nós fazemos o trabalho com um objetivo, hoje ele não tem muito significado, mas no futuro eles vão ter um histórico de acompanhamento para o Estado de Roraima nessa situação pode, complementar comprovar que não temos circulação viral. Já com relação ao concurso público, é fundamental a sua realização e a aprovação. Primeiro, projetar que, para ser aprovado, ele encontra-se nesta Casa desde o ano passado. Mas o concurso é fundamental, inclusive, para que ele saia do patamar de médio risco, de alto risco para estar livre de vacinação é pré-requisito do Ministério da Agricultura dois pontos que são colocados. O primeiro está com ácaro vermelho, e aí nós vamos trabalhar juntos. Para isso, eu vou pedir apoio de vocês para darmos uma sacudida nesse Projeto.

O Senhor **Deputado Naldo da Loteria** - Bom-dia a todos, aguardava terminar tudo para fazer as perguntas. Mas o Presidente adiantou a respeito de campanha, que a gente não vê campanha da ADERR campanhas na mídia. São poucas praticamente as campanhas da ADERR, praticamente só a febre aftosa. Então, eu acho que deveria investir mais nesse tipo de campanha para que a população tomasse conhecimento, afinidade de problema que nós temos nessa atuação. Outra questão é da fiscalização nos produtos derivado do leite, inclusive, o Projeto que o Brito disse que foi dele, foi eu que dei entrada no Projeto, e ele pediu, ele tentou regulamentar. Eu posso colocar meu nome, não pode. Ele colocou o dele não tem problema, ficou o meu e o dele. Ele divulgou, não tem problema, não. Mas, observe que o queijo de coalho no Brasil todo, seja em São Paulo, tudo se vende na feira. Então, se fiscalizar demais, o produtor não produz, o produtor do interior não tem higiene nem pessoal, imagina se vai ter para fazer queijo de coalho que se vende na feira. Portanto se fiscalizar, tem que fiscalizar tem que fiscalizar, mas eu acho que tem que observar caso a caso, não tem bicho mais imundo do que o ser humano. É como panelada de buchada de bode, é só para dizer que não vai comer limpo para dizer que não vai comer puro. Então, eu acho que o cara que tira leite que faz dez quilo, precisa ter orientação, visando melhorar a higiene, mas não se pode estar apreendendo o queijo dos coitados, com isso eu não concordo não porque eu sou consumidora de queijo, mas se o queijo for ruim eu não deo de comer. Então, eu acho que é preciso levar em conta muitas coisas para fazer o produtor. O pequeno produtor que faz dez quinze quilos de queijo para sobreviver é uma fonte de renda. Então, eu acho...

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Deputado, permita-me só complementar sua fala, esclarecer uma questão sobre a ADERR que não faz a fiscalização dos pontos de venda, não é a ADERR que apreende os queijos no comércio, na feira. Quem faz esse trabalho é a vigilância Municipal e Estadual, o que nós fazemos e é competência nossa é a Indústria dentro das Indústrias. Nós temos que ter o acompanhamento da entrada das propriedades do leite que está vindo, para onde ela está vindo, o acondicionamento, o armazenamento, a comercialização e o transporte. Nós equipe da Agência temos feito um trabalho minucioso para atender a lei do produto artesanal, hoje é uma

Lei complexa porque ela não é aplicada só animal ela é vegetal nós temos um problema muito sério com as polpas para ser regulamentada com a pimenta que é comercializada, com a paçoca que é comercializada enfim se a gente for entrar nesse mérito da questão existem muitos trabalhos a ser em feitos. Mas, só para o Senhor ter ideia, nós temos agora uma instrução normativa aqui do Ministério da Agricultura sobre o queijo minas, e eu estou com a portaria aqui, fui dar uma olhada, ela é exigente quanto à qualidade do leite. Ela exige boas práticas de fabricação. Então, assim não somos nós, o próprio comércio, o consumidor já começaram a observar, pois par se exportar, para se comercializar tem que atender isso aqui, porque são realmente doenças...

O Senhor **Deputado Naldo da Loteria** - Eu entendo perfeito. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, você vai numa feira, a mosca está encima do queijo, e é um mercado modelo. Então, o que é necessário tudo a Indústria tem, mas no pequeno é como aqui a gente só tem praticamente o pequeno. Então, é isso que eu estou falando para a gente não acabar com o que ainda está precisando nascer, aqui existem dois pontos de fiscalização e são permanentes: um no Jundiá, outro no Novo Paraíso. Eu acho muito próximos um do outro, o Estado é tão grande para isso.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Mas, é assim. Só quero lhe explicar, o posto do quinhentos, que inicialmente foi colocado em função da defesa na parte vegetal para que a gente não deixasse que o ácaro vermelho, o ácaro hindu adentrasse na área do cultivo de banana, até hoje não tem ácaro vermelho nessa área, tem em Manaus, mas lá nós fazemos levantamento rotineiramente e não encontramos o ácaro vermelho ainda nem o ácaro hindu, e aí e aí ajuda no animal também com relação ao trânsito de animais.

O Senhor **Deputado Naldo da Loteria** - É assim, eu não estou questionando a questão. É que eu achei próximo, e como o Estado é muito grande, por exemplo, só tem três postos. A questão, vamos supor, em relação à Venezuela, por exemplo, várias pessoas trazem muda, trazem frutas, e isso é da Guiana como da Venezuela. Da Venezuela se traz o alho, é só o que tem alho, também por aí entra o que tiver da Venezuela. Então, é assim, que achei próximo, já que temos tão poucos, poderia dividir mais, só isso.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - Eu queria esclarecer com relação à Fronteira. O Ministério da Agricultura que tem essa competência, inclusive, ali no Bonfim nós estamos bem ao lado mas quem tem a competência de abrir os veículos, de vistoriá-los, é o Ministério da Agricultura, tanto lá como na Venezuela.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** - Doutora Rosirayna, queria perguntar à Senhora e mesmo arguir. O Estrela, semana passada, parece que falou na televisão no jornal Bom Dia, de Roraima sobre os recursos que tinham voltado, que eram para ADERR, por falta digamos assim da ADERR estar em inadimplência, a Senhora confirma isso? Quando aquelas duas barreiras aquelas duas barreiras que fecharam, ele disse que foi na televisão e disse fecharam porque faltaram recursos à ADERR.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - O Senhor está falando com relação às barreiras. Tá bom, deixa eu lhe explicar o que nós temos de fato hoje, Deputado. Há dois anos e meio estamos sem ocorrência da mosca nem no Bonfim nem Normandia, onde foram colocadas aquelas barreiras, para proteger aquela área. Então, assim, no Estado nós temos custo mensal de cem mil reais para manter aquelas barreiras para uma área que não tenha ocorrência da mosca. Então, nós estamos conversando com o Ministério sobre aonde está a mosca hoje, inclusive, hoje nós tivemos a informação confirmada pelo Ministério que ela apareceu dia dezessete de agosto lá no Vilhena, no Uiramutã. Então, a ocorrência da mosca hoje esta restrita ao Município do Uiramutã. Temos, hoje, Deputado, o Ministério da Agricultura com seiscentos e quatorze armadilhas nessa Fronteira toda: Bonfim, Normandia, Uiramutã e Boa Vista. Se o Senhor for ao Caroebe, Entre Rios, observará que tem armadilha para a mosca. Então, nós temos um armadilhamento muito grande aqui no Estado, mas o que nós estamos discutindo com o Ministério são que essas barreiras localizam-se no Município, lá tem placas estrategicamente colocadas, porque você alcança todos os produtos que descem do Uiramutã ou para Normandia ou para o Surumu e Boa Vista, você consegue fechar o Município de placas hoje elas são menos importantes elas estavam com o custo muito alto para a agência de defesa e sem a finalidade delas serem atendidas. E que há dois anos não houve ocorrência de moscas nesses dois Municípios.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** - E essa nova praga, Doutora Rosirayna, que a Embrapa anunciou, parece que foi a chamada lagarta.

A Senhora **Rosirayna Maria Rodrigues Remor** - A lagarta, eu tenho aqui a imagem dessa nova praga, gostaria de passar para vocês da mosca. Aqui são as armadilhas. Existem

quatrocentos e sessenta e três tipos desse aqui que é só macho. Esta daqui é fêmea. São cento e sessenta e um só no Estado todo. E aqui é a lagarta. Eu gostaria de informar, inclusive, que a ocorrência dela é confirmada em Bonfim e Boa Vista, agora na primeira semana de julho. Trata-se de uma lagarta, que nós o Brasil inteiro ainda está buscando sem controle efetivo, ainda não está definido. O Ministério passou uma relação de produtos alternativos, a procedência dessa praga é Ásia. No Brasil, os locais de ocorrência, hoje, estão no Oeste Baiano, Goiás e Mato Grosso, ela é hospedeira de Soja, milho, algodão, feijão, sorgo, tomate, melancia, resumindo, ela come tudo. Estão, aqui, as imagens dela. Isso, aqui, é em soja. Não é, Marta? Ela está na vagem, ela ataca a vagem, ela come mesmo. Aqui, já são fotos de Roraima, lá no Município de Alto Alegre. Esta aqui é Boa Vista. Ela tem uma finalidade na coloração de acordo com o ambiente, seu habitat. Ela é muito confundida, o nome dela é Helicover Armigera, mas ela é muito confundida com o Azoí é Zea. Ela tem uma velocidade de comer, poder de destruição muito alto. Aqui, nesta imagem, ela já está como ovopositor; Isso aqui é espiga do milho, na folha do milho. Bom, esse aqui é o nosso novo trabalho, o que que a Agência está fazendo. Na segunda-feira, nós já começaremos a treinar os nossos técnicos, eles vão para campo fazer o levantamento para saber onde é a ocorrência dela hoje no Estado. Nós precisamos que o Ministério, quer dizer, já fiz a solicitação ao Ministério para que declare a área de emergência sanitária ao Estado de Roraima, que é o procedimento que devemos ter para que o Estado de Roraima, possa entrar do processo de regulamentação com relação a essa lagarta. Também solicitando a liberação dos produtos defensivos para combate a praga, pois esses produtos hoje estão proibidos.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Doutora, a respeito daquele posto de vigilância em Novo Paraíso, a gente recebe reclamação. E que a gente viaja quase toda semana para lá, onde ouvimos recebe tanto das policiais femininas, quanto dos fiscais. Eles estão, digamos, sem banheiro, sem estrutura nenhuma, não têm como conversar com o Ministério dos Transportes para fazer um posto lá com um banheiro decente. Então, aquele pessoal está sem estrutura para trabalhar, eles querem também saber sobre um redutor de velocidade, porque os caminhões entram com velocidade ali, às vezes, à noite eles não têm nenhuma proteção para se beneficiar. Toda semana que a gente passa ali, eles pedem providências, porque estão arriscados a sofrer um acidente lá. Acho que, se a senhora fazer um pedido do Pedro Cristo, não será difícil conseguir essa liberação. Isso só para título de informação, e requerendo desde já a sua atenção.

O Senhor **Kleber** - Com relação ao conhecimento da distribuição do rebanho, você nos perguntou sobre o porquê de não mudarmos de status. É porque nós temos problema de cadastro, que está sendo fechado agora. Se eu disser que vou vacinar 90% (noventa por cento) do rebanho, eu preciso saber sobre a situação do rebanho, e as auditorias demonstraram que não tínhamos conhecimento total do rebanho. E o inquérito sobre o soro epidemiológico é quando se realiza uma análise do soro sanguíneo de cada animal, mas antes nós vamos ver a distribuição dos animais, e não vão ser todas as propriedades que vão fazer isso. Eu corroboro com Platão, que nós não temos febre aftosa, porque se tivéssemos já teria estourado há muito tempo. E quanto à vacinação, o nosso rebanho já está estabilizado, pois desde 2005 que nós vacinávamos 20%, 30%, se tivesse tido ocorrido. Eu cheguei aqui em 1998, era tanta aftosa no Caroebe e outros lugares que já estávamos cansados de ver, atendemos muitos focos, e voltando àquela época. Hoje, eu vejo que se vacina o vírus, provavelmente porque não circula. Só vamos saber se é soro epidemiológico, porque clinicamente não podemos saber se o animal está com a doença. E preciso ter um sistema muito bem organizado, como foi falado anteriormente, para fazer esse inquérito e passar de status. Nós estamos muito próximos, acredito que ainda este ano isso aconteça, por meio de uma auditoria, porque nós estamos com uma capacidade de recursos humanos boa, e é preciso estabilizar os funcionários, porque o Ministério, a cada Auditoria, sabe quem é temporário.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** - Não havendo mais nenhum Deputado que queira se manifestar, peço que a Senhora Rosirayna faça suas considerações finais, para assim concluirmos a Arguição.

A Senhora **Rasirayna Maria Rodrigues Remor** - Uma coisa que, me preocupou bastante é a questão da reforma da ADERR. É necessário a realização do Concurso Público, nós temos que fechar o Convênio da Defesa Agropecuária, que já estamos lançando no

sistema do Ministério da Agricultura, o nosso prazo é até 30 de agosto. Esse convênio já está sendo efetivado, a mudança para médio risco da febre aftosa, ainda este ano, com uma auditoria, provavelmente com o resultado do ano que vem; monitoramento e erradicação da mosca da carambola; o monitoramento da lagarta ELICOVERPA; o Decreto da regulamentação da lei artesanal, que temos que levar isso adiante, para atender o pequeno produtor; trazer um projeto que cria mecanismos legais para implantar a inspeção de produtos vegetais, assim poderemos controlar a polpa, a banana, produtos sobre as quais não possui controle nenhum, deixamos de exportar em função disso. Basicamente era isso o que eu queria declarar. Agradeço aos senhores pela parceria e paciência, porque desde que a ADERR foi criada, vossas excelências foram parceiros, sem os senhores não estaríamos arrecadando ou teríamos possibilidades de arrecadação. Agradeço em nome de toda a equipe da agência, que fez questão de estar aqui.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Quero, neste momento, agradecer a presença de todos. A senhora Rosirayna, uma profunda conhecedora da ADERR, nesta Comissão, não haverá nenhuma intervenção, fora satisfatórios os esclarecimentos, as respostas. E queria lhe dar os parabéns por fazer milagres, porque um dos Órgãos públicos que mais tem necessidade, e que contribui muito para o crescimento do Estado é a ADERR. Todos vocês, técnicos, tem que conversar com o Governador, peçam para ele diminuir as Secretarias extraordinárias, e repasse para ADERR os recursos, porque é no investimento da Agricultura, na pecuária que está o investimento correto. Ordem do Dia. Neste momento passamos para a apreciação e deliberação do Decreto Legislativo nº 020/2013. Solicito ao Senhor Relator o Deputado Marcelo Cabral proceder a leitura do parecer.

O Senhor **Relator, Deputado Marcelo Cabral** – Antes de ler o Parecer, queria aqui registrar o compromisso do Governo com a ADERR, pois foi o Governador Anchieta, que criou a ADERR, a sede era no prédio da Secretaria de Agricultura, e não tinha status de Secretaria, mas de um setor daquele Órgão. Eu disse que tinha que sair daquele Órgão e ter um espaço somente seu, e ter sua própria estrutura. E vários deputados foram a favor disso, o Deputado Gabriel sempre foi a favor, nunca deixou de atender um pedido da ADERR, e as pessoas que trabalham nessa instituição são pessoas responsáveis, nasceram nesta região e conhecem a realidade deste estado, pessoas preparadas para fazer um trabalho excelente na ADERR. Quero dizer, ainda, que o compromisso do Governo do Estado é de ajudar a ADERR, e sempre vai ajudar. Peço autorização do Presidente para dispensar a leitura do curriculum da Doutora, haja vista que já é de conhecimento de todos, sem falar que é um curriculum muito extenso, são duas folhas. Parecer do Relator: Mensagem Governamental de 041/13, foi transformada em Proposição Legislativa. A Relatoria constatou que o Projeto de Decreto nº 020/13, de autoria desta Comissão Especial, que aprova o nome da Senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, para exercer o Cargo de Diretora-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima – ADERR, não contraria dispositivos constitucionais e não há vícios que possam prejudicar a sua tramitação regular nesta Comissão, posteriormente junto aos demais Membros desta Casa Legislativa, através de seu Órgão deliberativo que é o Plenário. Portanto, emitimos parecer favorável ao pleito constante da proposição. É o Parecer Senhor Presidente. Diante do exposto, por ser constitucional, legal e regimental, esta Relatoria é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 020/13, e recomenda aos nobres pares desta Comissão a adoção do Parecer desta Relatoria.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço**

Coloco o Parecer em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação. A votação será Nominal.

Como vota o deputado Naldo da Loteria?

Favorável.

Deputado Marcelo Cabral?

Favorável.

Deputado Jean Frank?

Favorável.

Dou por aprovado o nome da Doutora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (ADERR), por 3 votos favoráveis. Desde já, a parabenizo, lhe desejando sucesso nos seus trabalhos. E não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Gabriel Picanço
Presidente da Comissão